

BASES CONCEITUAIS PARA UM ENSINO MÉDIO NECESSÁRIO

JÚLIO CÉSAR DE PAULA
JOSÉ FERNANDES DA SILVA



INSTITUTO FEDERAL
Minas Gerais
Campus Ouro Branco

PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

 **CNPq**
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico


FAPEMIG

BASES CONCEITUAIS PARA UM ENSINO MÉDIO NECESSÁRIO

Este é um Produto Educacional resultante do Projeto de dissertação: **“Novo Ensino Médio e precarização do trabalho docente: desafios e perspectivas para a Educação Profissional e Tecnológica”**, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Instituto Federal de Minas Gerais - *Campus Ouro Branco*, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

JÚLIO CÉSAR DE PAULA¹
JOSÉ FERNANDES DA SILVA²



Ouro Branco
2025

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sem a devida menção aos seus autores de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Instituto Federal Minas Gerais Campus Ouro Branco

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Comitê de validação e avaliação Ad hoc:

Doutores Vera Lúcia Nogueira, Pablo Menezes, Mônica Barros, Elisângela Silva Pinto e Rodolpho Gautier.

Área de conhecimento: Ensino

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Linha de pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica

Título da Dissertação: Novo Ensino Médio e precarização do trabalho docente: desafios e perspectivas para a Educação Profissional e Tecnológica

Autor: Júlio César de Paula

Orientador: Prof. Dr. José Fernandes da Silva

Tipo do Produto Educacional: Bases conceituais para um Ensino Médio necessário.

Autores: Júlio César de Paula; José Fernandes da Silva.

Público-alvo: Docentes que atuam nos itinerários formativos do Novo Ensino Médio.

Descrição: Além das bases teóricas e conceituais para o Ensino Médio que queremos, baseadas nas obras de alguns dos mais renomados estudiosos da Educação no Brasil, esse material educativo contém sugestões de atividades práticas e reflexivas, links para materiais de apoio, além da indicação de outros produtos educacionais que possam facilitar ou inspirar boas práticas docentes.

Divulgação: formato digital

Apoio editorial: Intentum Mídia Objetiva Ltda

Design Gráfico: André Filippe Oliveira de Paula

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Paula, Júlio César de
Bases conceituais para um ensino médio necessário [livro eletrônico] / Júlio César de Paula, José Fernandes da Silva. -- 1. ed. -- Ouro Branco, MG : Ed. dos Autores, 2025.

PDF

ISBN 978-65-01-49890-4

1. Educação profissional e tecnológica 2. Ensino médio 3. Formação docente - Metodologias ativas 4. Políticas educacionais I. Silva, José Fernandes da. II. Título.

25-275919

CDD-373.07

Índices para catálogo sistemático:

1. Itinerários formativos : Ensino médio : Educação 373.07

PREFÁCIO

A educação, historicamente, sempre foi um espaço de disputas. No Brasil, o Ensino Médio tem sido um campo adicional de tensões entre propostas de formação ampla e emancipadora e outras proposições fragmentadas que muitas vezes relegam a maioria dos jovens a uma preparação aligeirada e pouco reflexiva. Diante das mudanças curriculares recentes e das transformações impostas pelo Novo Ensino Médio, é imprescindível que educadores tenham acesso a materiais que não apenas informem, mas que também inspirem reflexões e práticas inovadoras.

Este livro, fruto de uma pesquisa aplicada no âmbito do mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica, responde a esse desafio. Ele não se limita a uma análise crítica do atual modelo, mas apresenta alternativas para uma educação que busque superar a dualidade estrutural que por mais de um século marca a educação no país.

Em seu conjunto, o livro pretende ajudar principalmente os docentes responsáveis pelos Itinerários Formativos ligados ao mundo do trabalho a aprofundarem seu conhecimento sobre uma proposta emancipadora de ensino. Ao longo dos seus cinco capítulos, os leitores encontrarão discussões teóricas aprofundadas, embasadas nas proposições de alguns dos mais renomados estudiosos da educação, mas também sugestões práticas que podem ser incorporadas ao cotidiano escolar. Há links para notícias, textos acadêmicos, vídeos e outros produtos educacionais que podem ser explorados de diferentes formas.



Mais do que um produto educacional, este livro é um instrumento de resistência e de proposição. Ele oferece caminhos para que professores e gestores possam repensar suas práticas e construir, ao lado dos estudantes, um Ensino Médio integrado, crítico e comprometido com a formação humana em sua totalidade. O material aqui apresentado não pretende ser um modelo fechado, mas sim um convite ao debate, à experimentação e à ressignificação do ensino.

Redigido em um momento muito tenso da democracia nacional e internacional, a obra não perde de vista a importância da educação e dos seus profissionais na luta coletiva para que os direitos humanos, em especial o direito ao trabalho e à educação, sejam garantidos a todos, sem exceção. Que este material possa servir como um ponto de partida para novas iniciativas, inspirando aqueles que acreditam na educação como força transformadora da sociedade.

Boa leitura!

Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos

Março de 2025

SUMÁRIO

- 10** **Capítulo 1: Trabalho e Educação: Aspectos Ontológicos**
- 17** **Capítulo 2: O Ensino Médio: fragmentação e dualidade histórica**
- 39** **Capítulo 3: Por um Ensino Médio Necessário: Integral, Politécnico e Omnilateral**
- 46** **Capítulo 4: Mundo do Trabalho e Mercado de Trabalho**
- 53** **Capítulo 5: O Trabalho e a Pesquisa como Princípio Educativo**

ÍNDICE DE FIGURAS

1. Produtos Educacionais.....	8
2. Exemplos de Produtos Educacionais.....	8
3. Produto Educacional “Teatro de temática científica no proeja”	9
4. Gráfico estrutura da educação.....	11
5. Demerval Saviani, professor e filósofo.....	12
6. Vídeo “O trabalho como princípio educativo.”	13
7. Produto Educacional “Os saberes do Xadrez.”	14
8. A Escola dos anos 2.000.....	19
9. Charge “O Futuro”	20
10. Diagrama de elementos da educação no início do século XX.....	21
11. Garotos em oficina de costura em Goiânia (1934).....	22
12. Linha do tempo da EPT na Era Vargas	23
13. Revista “Os vinte e um anos de ditadura militar no Brasil e a educação.”	25
14. Mapa Conceitual: histórico do Ensino Secundário no Brasil.....	27
15. Evolução dos Debates Educacionais no Brasil	28
16. Conversa ideologia da empregabilidade.....	30
17. O conjunto das contrarreformas.....	32
18. Críticas às Conarreformas.....	32
19. Cartilha “Contrarreforma do Ensino Médio.”.....	33
20. Charge Tempos Modernos.....	33
21. Alteração do Ensino Médio.....	35
22. Educação Integrada e Currículo Holístico	41
23. Vídeo: “Curta-metragem El Empleo”	42
24. Reportagem IA e desigualdade social	47
25. Vídeo “O novo ensino médio e mundo do trabalho.”	49
26. Fatores que Influenciam a Educação Relacionada ao Trabalho.....	50
27. Estandes do Curso Técnico Integrado em Agropecuária	54
28. Transformando a Educação para o Empoderamento	55
29. Produto Educacional “Fotoetnografia: Uma possibilidade pedagógica.”	56
30. Caminho para a Integração Educacional.....	60

INTRODUÇÃO

Este é um Produto Educacional produzido como uma das exigências para a conclusão do curso de mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Já que o caráter da pesquisa de um mestrado profissional é a “Pesquisa Aplicada”, o produto educacional dele resultante **deve promover o emprego prático dos conhecimentos produzidos ao longo do curso**, articulando os princípios do Ensino e Pesquisa. (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018).

“““

"a pesquisa aplicada analisa as problemáticas que emergem no cotidiano, favorecendo o diálogo entre a equipe escolar na perspectiva da ação-reflexão-ação" (Vercelli, 2018, p. 232)

Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo compreender um contexto específico, suas problemáticas, a dinâmica do sistema e os participantes individuais, além das relações internas e externas existentes. **Dessa forma, os conhecimentos são ampliados e ressignificados**, de modo que a pesquisa aplicada está diretamente relacionada à capacidade de adequação do estudo *Stricto Sensu* ao contexto pesquisado, aos participantes e ao pesquisador (Ferreira et al, 2014).

Um produto educacional (PE), dessa maneira, é o resultado de uma pesquisa que visa contribuir para a melhoria do ensino em uma área específica e que pode ser utilizado e replicado por outros profissionais.

Um produto educacional (PE), dessa maneira, é o resultado de uma pesquisa que visa contribuir para a melhoria do ensino em uma área específica e que pode ser utilizado e replicado por outros profissionais.

Ele não precisa, necessariamente, refletir a eficiência de um método de ensino, mas englobar uma reflexão sobre problemas educacionais enfrentados pelos professores em suas realidades, além de estimular atividades curriculares alternativas.

Nesse contexto, **deve auxiliar a prática docente, além de promover a articulação entre os saberes acadêmicos e a sociedade e entre teoria e prática**, assim como sua inserção social (Chisté Leite, 2019).

Figura 2: Exemplos de Produtos Educacionais.



(Sousa, 2020)¹



¹ SOUSA, Augusto Rodrigues de; FELZKE, Lediane Fani (Org.). Projeto 3 Afrofuturo: projetar (se) um outro mundo possível. Porto Velho: NEABI/IFRO; GETEA/IFRO, 2020. 1,51 MB. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/browse?type=author&value=Rodrigues+de+Sousa%2C+Augusto>>. Acesso em: 28 fev 2025.

Considerando o caráter, eminentemente, profissionalizante conferido ao Novo Ensino Médio pela introdução das novas dinâmicas curriculares, **intentamos com nosso produto, disponibilizar um instrumento de trabalho para os professores que atuam Itinerários Formativos ligados ao mundo do trabalho e que desejem aprofundar seus conhecimentos sobre a utopia de um Ensino Médio Integrado, politécnico e omnilateral**, que tenha por base o trabalho (em seus aspectos ontológicos) e a pesquisa como princípios educativos.

Além das bases teóricas e conceituais para o Ensino Médio que queremos, baseadas nas obras de alguns dos mais renomados estudiosos da Educação no Brasil, esse material educativo contém sugestões de atividades práticas e reflexivas, links para materiais de apoio, além da indicação de outros produtos educacionais que possam facilitar ou inspirar boas práticas docentes.

Exemplo de Produto Educacional

Figura 3: Produto Educacional: “Teatro de temática científica no proeja.”



(Silva, 2019)²

² SILVA, Aline Rocha Santana da; ABDALAMENDES, Marta Ferreira. Guia: aplicando o teatro de temática científica no PROEJA. 2019. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/560223>>. Acesso em: 28 fev 2025.

CAPÍTULO 1

TRABALHO E EDUCAÇÃO: ASPECTOS ONTOLÓGICOS

Conforme argumenta Saviani (2007), a relação entre trabalho e educação possui fundamentos histórico-ontológicos inseparáveis, o trabalho é a atividade essencial que caracteriza a existência humana, sendo o meio pelo qual o ser humano transforma a natureza e a si mesmo.

Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa. (Saviani 2007, p.152)

Desde os tempos mais remotos, o ato de trabalhar foi fundamental para a subsistência e desenvolvimento das civilizações, estabelecendo relações sociais, culturais e econômicas que moldaram as estruturas das sociedades.

Figura 4: Gráfico estrutura da educação.



Fonte: Dados do pesquisador.

“

O homem se diferencia dos outros animais por muitas características, mas a primeira, determinante, é a capacidade de trabalho. Enquanto os outros animais apenas recolhem o que encontram na natureza, o homem, ao produzir as condições da sua sobrevivência, a transforma. A capacidade de trabalho faz com que o homem seja um ser histórico; isto porque cada geração recebe condições de vida e as transmite a gerações futuras, sempre modificadas - para pior ou para melhor. Embora tenha o potencial transformador da realidade, o que o homem mais recusa é trabalhar. Foge do que o tornaria humano porque não se reconhece no que faz, no que produz, no mundo que transforma. Porque trata-se de trabalho alienado. (Marx & Engels, 2007).

Ou seja, conforme apontam Saviani (2007) e Marx; Engels (2007), podemos dizer que a essência do homem é o trabalho. **A essência humana não é, então, dada ao homem; não é algo dado ou que preceda à existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. Somos o que somos por meio de um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é, portanto, um processo histórico.**

Da mesma forma, a educação, compreendida como um processo de transmissão e apropriação do conhecimento produzido historicamente, teve seu desenvolvimento atrelado à necessidade de reproduzir os modos de produção e de formação da força de trabalho.

Figura 5: Demerval Saviani, professor e filósofo.



(Canal Leituras Brasileiras, 2017)

Ou seja, se tornar-se humano não é uma qualidade que nasce com o ser humano, precisa ser aprendida. Assim, a Educação e o Trabalho são as atividades humanizadoras indissociáveis ao homem. Saviani Explica:

“

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (Saviani, 2007, p. 154)

Nas sociedades primitivas, conforme argumenta o autor, caracterizadas pelos modos coletivos de produção, a educação poderia se dar também de modo espontâneo, numa relação horizontal entre o ser - o fazer - e o aprender (Saviani, 2007).

No mundo contemporâneo, contudo, a realidade de fragmentação entre trabalho e educação é uma das manifestações da divisão social do trabalho, resultando em uma educação aligeirada, instrumentalizada e orientada pelas necessidades imediatas do mercado.

Essa separação não é natural, mas sim histórica, relacionada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, que aliena os trabalhadores dos processos produtivos e limita seu acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

Assim, a concepção do trabalho como princípio educativo, conforme veremos, se insere na perspectiva da superação dessa divisão, proporcionando uma educação integral e emancipadora.

Mídia Complementar

Figura 6: Vídeo "O trabalho como princípio educativo."



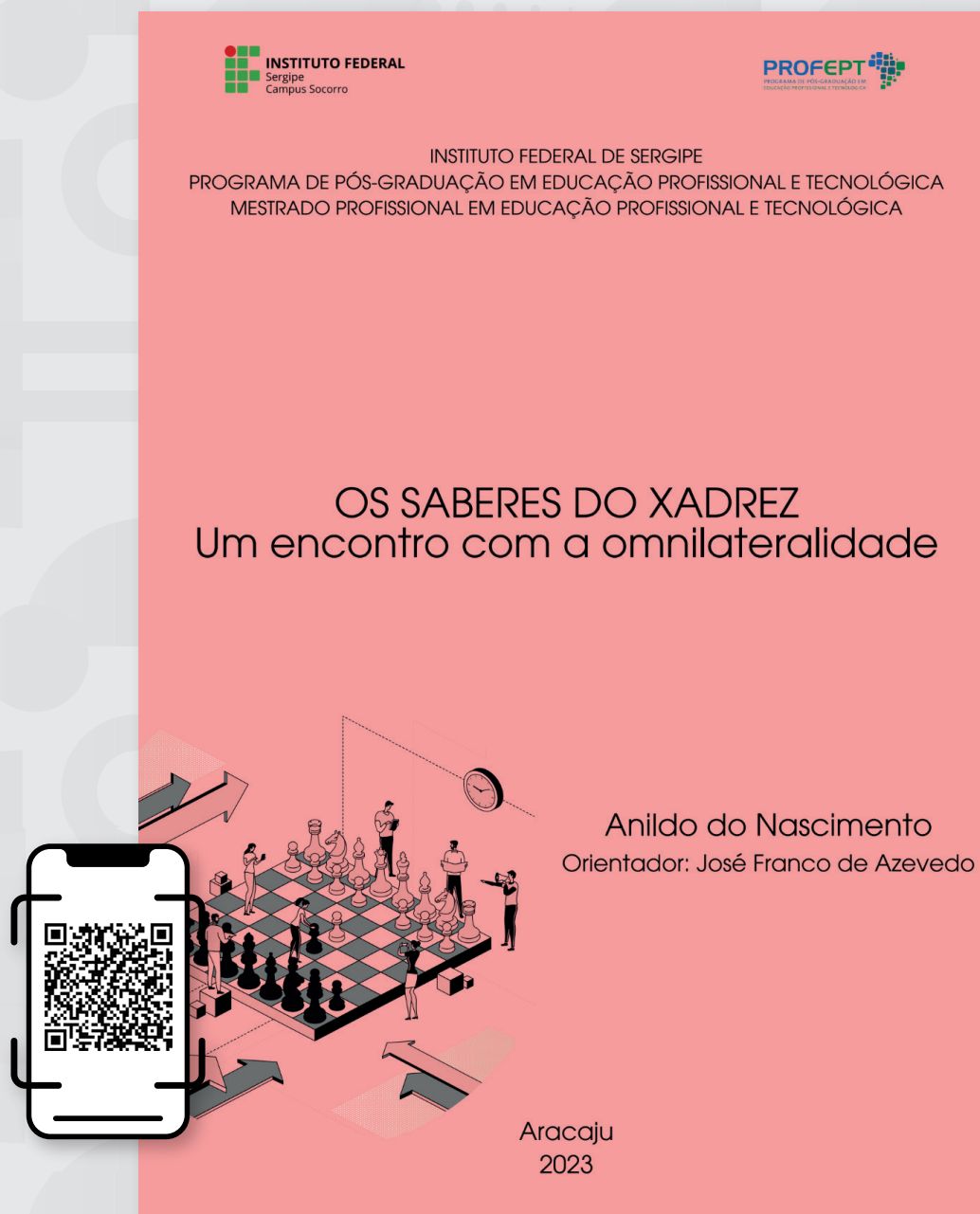
(Canal IFNMG, 2024)³

³ CANAL IFNMG. Videoanimação - O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GwPfnkZYtIY>>. Acesso em 28 fev. 2025.

Material Complementar

Produto Educacional com o objetivo de compreender os fundamentos do jogo de xadrez, possibilitando o entendimento desse objeto de estudo enquanto integração dos saberes e formação integral do sujeito.

Figura 7: Produto Educacional “Os saberes do Xadrez.”



(Nascimento, 2023)⁴

⁴ NASCIMENTO, Anildo do. Os Saberes do Xadrez: um encontro com a omnilateralidade. Aracaju: IFS, 2023. 41 p. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741463>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GLOSSÁRIO

A

Alienação: Condição em que o trabalhador se sente separado do produto de seu trabalho, do processo de produção e de seus colegas.

Apropriação: Ato de tomar para si o conhecimento produzido historicamente.

C

Coletivos de Produção: Modos de produção em que os meios de produção são de propriedade coletiva e o trabalho é realizado em conjunto.

D

Divisão Social do Trabalho: Separação das atividades produtivas em diferentes tarefas, que são realizadas por diferentes indivíduos ou grupos sociais.

E

Educação Emancipadora: Educação que visa o desenvolvimento da capacidade crítica e da autonomia dos estudantes.

Essência Humana: Conjunto de características que definem o ser humano, incluindo a capacidade de trabalhar e transformar a natureza.

F

Fragmentação: Divisão ou separação em partes menores.

H

Histórico-Ontológicos: Fundamentos que relacionam a história e a natureza do ser humano.

I

Instrumentalizada: Utilizada como um instrumento para atingir outros fins, sem levar em consideração seu valor intrínseco.

M

Modos de Produção: Forma como a sociedade se organiza para produzir bens e serviços.

O

Ontológicos: Relativo à ontologia, ramo da filosofia que estuda a natureza do ser.

P

Princípio Educativo: Ideia de que o trabalho pode ser utilizado como base para a educação, visando a formação integral do indivíduo.

S

Sociedades Primitivas: Sociedades caracterizadas por modos coletivos de produção e por uma relação mais direta com a natureza.

T

Trabalho Alienado: Trabalho em que o trabalhador se sente separado do produto de seu trabalho, do processo de produção e de seus colegas.

Trabalho como Princípio Educativo: Ideia de que o trabalho pode ser utilizado como base para a educação, visando a formação integral do indivíduo.

CAPÍTULO 2

O ENSINO MÉDIO: FRAGMENTAÇÃO E DUALIDADE HISTÓRICA

Sobre as diversas acepções e configurações assumidas pela etapa final da Educação Básica no Brasil, que hoje chamamos Ensino Médio, podemos fazer duas considerações iniciais:

A primeira, é que essa modalidade de ensino é marcada pelo que muitos especialistas chamam de “Dualidade Estrutural”, que consiste em uma divisão histórica entre uma educação científica e dos saberes acadêmicos, voltada para uma cultura do saber e destinada às camadas privilegiadas de nossa sociedade e uma outra educação, para atender aos filhos da classe

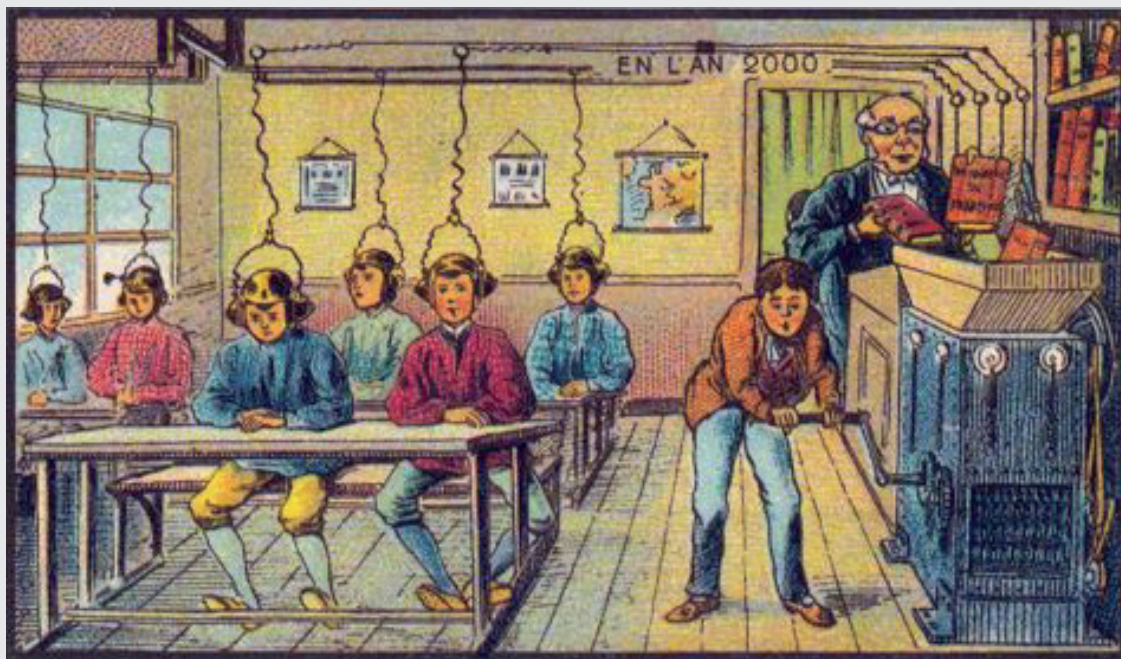
trabalhadora, tecnicista, com enfoque prático, marcada pela divisão social do trabalho e direcionada para atender as demandas do mercado e da indústria (Ciavatta, 2014).

A segunda, que é por diversas razões ligada à primeira, é que essa etapa de ensino vem se configurando, historicamente, para a classe trabalhadora, como uma instrução profissionalizante e que visa terminalidade do ensino (De Paula; Pereira, 2023).



[...] essa modalidade de ensino é marcada pelo que muitos especialistas chamam de “Dualidade Estrutural”, que consiste em uma divisão histórica entre uma educação científica e dos saberes acadêmicos e da indústria, [...] e uma outra educação, para atender aos filhos da classe trabalhadora, tecnicista, com enfoque prático, marcada pela divisão social do trabalho e direcionada para atender as demandas do mercado e da indústria (Ciavatta, 2014).

Figura 8: A Escola dos anos 2.000 - Imaginada em 1899 pelos Ilustradores Franceses Jean Marc Cotl e Villemard



(“Jean Marc Cotê: a sala de aula do futuro”, 2011)⁵

Apesar dos indícios que demonstram a presença de uma educação profissional embrionária no país desde o período colonial, (Oliveira, 2020) e desde a revogação do alvará régio de 1785⁶ no ano 1808, a coroa portuguesa tenha percebido a necessidade da implantação de uma escola capaz de qualificar uma força de trabalho que pudesse atuar na instalação

de atividades manufatureiras futuras, que resultou na criação do colégio das fábricas em 1809, foi, assim como ocorrera na Europa do século XIX, [apenas] nas primeiras décadas do processo industrializador no Brasil que, no século seguinte, o país organiza os primeiros esforços sistemáticos para a criação de uma educação voltada para a classe trabalhadora⁷ (De Paula, 2023).

[...] deveriam ao fazer dos “filhos dos desfavorecidos de fortuna cidadãos úteis à nação e mantê-los longe da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”

⁵ JEAN MARC COTÊ: a sala de aula do futuro. Disponível em:

<<https://cadernodia.wordpress.com/2011/08/09/jean-marc-cote-a-sala-de-aula-do-futuro/>>. Acesso em: 28 fev. 2025.

Marcada fortemente pelo caráter higienista⁸ presente nas primeiras décadas do republicanismo brasileiro, a criação das escolas de aprendizes artífices, mantidas com recursos do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio nas capitais do estado deveriam ao fazer dos “filhos dos desfavorecidos de fortuna cidadãos úteis à nação e mantê-los longe da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (Brasil, 1909).

Figura 9: Charge “O Futuro”



(Santo, 2012)⁹

⁶ O Alvará Régio, imposto por D. Maria, Rainha de Portugal, proibia em todo o território colonial “todas as fábricas. Disponível em: http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674:alvara-que-proibe-as-fabricas-e-manufaturas-no-bra&catid=145&Itemid=287. Acesso em 02 de nov. de 2023.

⁷ Em 1909, o presidente Nilo Peçanha assina o Decreto nº 7.566 em 23 de setembro, criando 19 Escolas de Aprendizes e Artífices.

⁸ A política higienista exerceu uma influência significativa na educação. Os higienistas defendiam que a escola deveria atuar na defesa social contra as patologias, a pobreza e o vício, promovendo um ambiente educacional que formasse alunos conscientes e colaborativos para a harmonia social. (Mansaneira; Silva, 2000) Para saber mais, consultar: A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/bps-1139#>

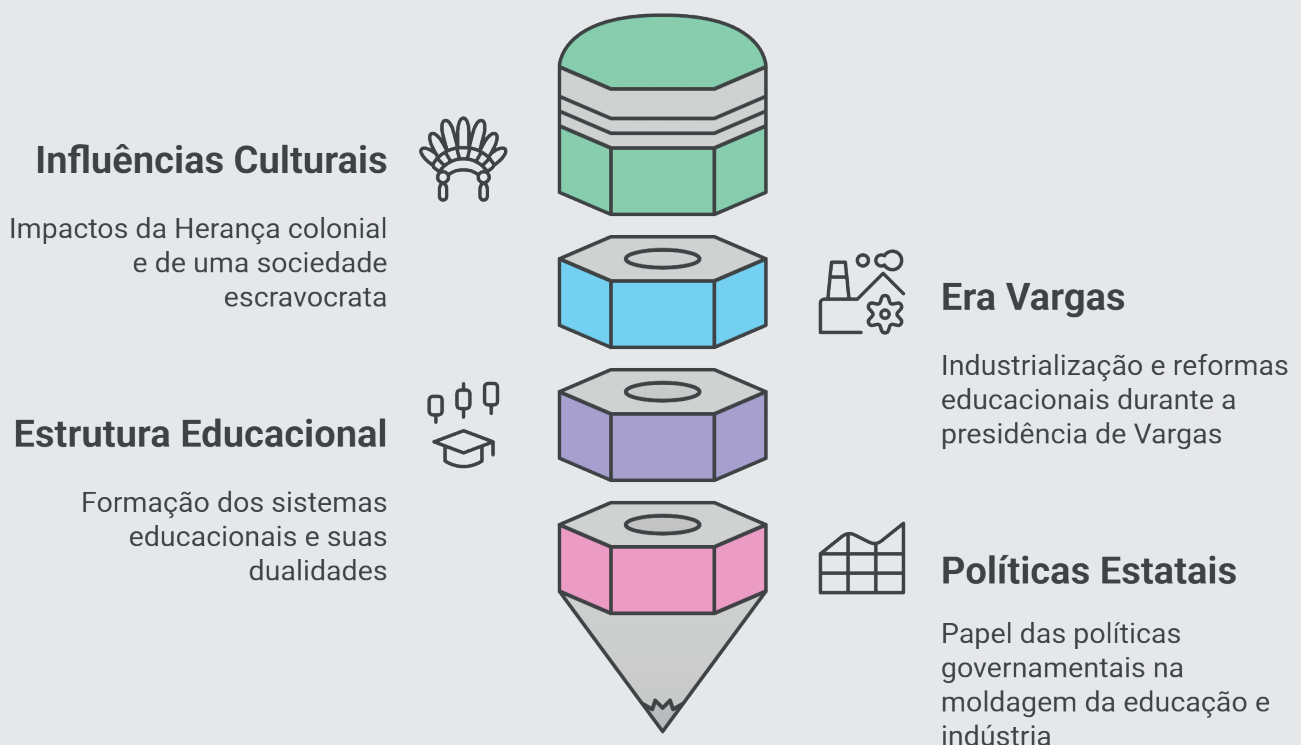
⁹ Disponível em: <<https://obarrense.wordpress.com/2012/09/29/o-futuro-de-nossa-sociedade>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

E se, por um lado, essa experiência ainda carrega muito da tradição de um país recentemente saído da escravidão e fortemente ligado a uma secular cultura do ócio, herdada pela elite brasileira, que por vários séculos promoveu uma cultura de preconceito contra o trabalho – que, conforme veremos, é uma das raízes da dualidade estrutural da Educação no Brasil –, por outro, podemos reconhecer o nascedouro de uma cultura urbana e a tentativa de construção de um pensamento hegemônico com bases desenvolvimentistas, que se fará sentir nas décadas seguintes.

No período conhecido como Era Vargas, estimulado do ponto de vista internacional pela crise do liberalismo e internamente impelido pelo forte investimento estatal e pela política de substituição de importações¹⁰, houve um salto considerável no processo industrializador no país. Ainda em **1930**, primeiro ano do Governo varguista, ocorreu a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, do qual passaram a fazer parte as Escolas de Aprendizes Artífices, até então sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Na constituição federal de 1937, uma importante transformação: além do reforço à ideia de uma educação pública vocacional e pré-vocacional em “todos os graus”, o

Figura 10: Diagrama de elementos da educação no início do século XX.



Fonte: Dados do pesquisador.

marco legal torna o ensino profissional dos filhos da classe trabalhadora obrigatório às indústrias e (ou) sindicatos, podendo essas atividades ser subsidiadas pelo governo.

Ou seja, a indústria, **mesmo que ao longo do tempo tenha percebido a importância e as facilidades de imprimir sua própria cultura organizacional por meio da escola, teve que ser obrigada, pela letra da lei, a assumir essa responsabilidade.**

Longe de ser um fardo. Afinal, era dada a essas empresas a oportunidade de concorrer a uma parcela considerável

Figura 11: Garotos em oficina de costura em Goiânia (1934)



(Acervo FGV/CPDOC)¹²

do orçamento público (Brasil, 1937).

Foi finalmente com o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, que o ensino profissional foi deslocado para o Ensino Secundário¹¹ e, finalmente, mesmo que não passasse de um recurso retórico muito distante dos ideais mais estimados pelos defensores da EPT, pela primeira vez, segundo o texto, a legislação para o ensino industrial deveria atender “aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana” (Brasil, 1942).

Na prática, a cisão entre o ensino “acadêmico” e o ensino profissional, e seu caráter essencialmente mercadológico, ficariam ainda mais evidentes e seriam expressos nos próximos artigos da lei.

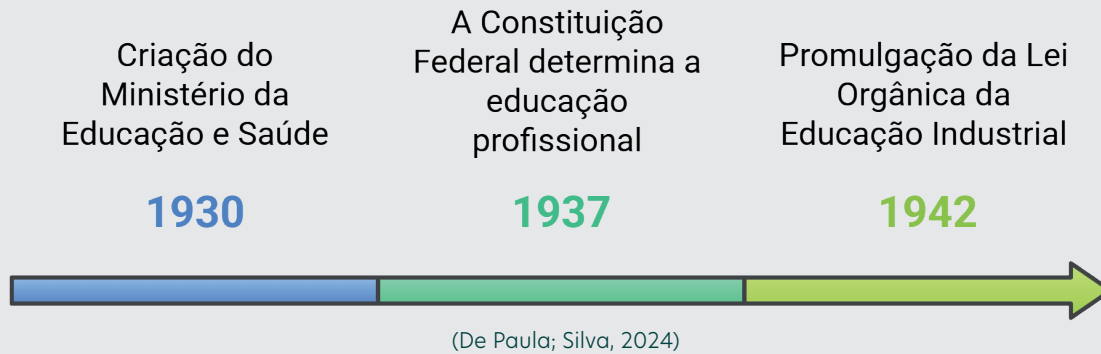
Pois, além da sua vocação específica para a indústria, o ensino industrial facultava o ingresso ao curso superior àquele aluno oriundo dessa modalidade, mas apenas em cursos

¹⁰ Iniciada no governo Vargas, a política de substituição das importações tinha o objetivo de proteger a economia nacional e fortalecer a indústria. Essa política foi considerada necessária no período entreguerras pela dificuldade de importar dos tradicionais fornecedores europeus e serviu aos interesses governistas, de dinamizar e diversificar a produção industrial no país.

¹¹ Em 1942, ainda no Governo totalitário de Vargas, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, iniciou a reforma de alguns ramos do ensino com o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que estruturaram o ensino propedêutico em: primário e secundário e o ensino técnico-profissional: industrial, comercial, normal e agrícola. (Nascimento, 2007, p.81)

¹² ANDRADE, R. Ensino de ofício. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/ensino-de-oficio>>. Acesso em: 28 fev. 2025.

Figura 12: Linha do tempo da EPT na Era Vargas.



correlatos à sua formação profissional. Portanto, a escola do trabalhador permanecia segregada da “escola do doutor¹³”.

Após a deposição de Vargas em outubro de 1945, a educação permaneceu como intenso campo de debates, no qual se digladiavam o grupo estatista liderados pelo partido do ex-presidente, contra os liberais, encabeçados por Carlos Lacerda, deputado pela UDN¹⁴ à época e, em uma terceira direção, os grupos de estudiosos, principalmente escolanovistas¹⁵.

Essas discussões mostram não somente as disputas ideológicas em torno de uma nova lei de diretrizes e bases, mas também um dos motivos de sua tramitação ter levado treze anos (1948-1961).

Tensões que revelam, primeiramente, o caráter estratégico da educação nas construções ideológicas na

A Escola Nova (ou escolanovismo) foi um movimento pedagógico que se ancorava no desejo de renovação e valorizava a experiência individual do aluno, promovendo sua participação ativa na construção do conhecimento. (Vidal, 2013)

¹³ A educação no Brasil é marcada por uma dualidade estrutural: uma primeira educação, de cunho propedêutico, científico e dos saberes acadêmicos, voltada para uma cultura do “doutorismo” secularmente persistente no Brasil, e uma outra, profissionalizante, historicamente voltada para atender aos filhos da classe trabalhadora, com enfoque prático e marcada pela divisão social do trabalho. (De Paula; Pereira, 2023)

¹⁴ União Democrática Nacional. De orientação liberal. Principal partido de oposição a Vargas.

¹⁵ Também conhecidos como pioneiros da educação. Grupo de signatários de um Manifesto pela Educação Nova em 1932, que preconizava a laicidade, gratuidade e obrigatoriedade da educação. Contava com nomes proeminentes, como Anísio Teixeira e Cecília Meireles (Vidal, 2013).

***Tensões que revelam,
primeiramente, o caráter
estratégico da educação nas
construções ideológicas na
sociedade brasileira e, em
segundo plano, que a
disputa política entre os
campos conservador-liberal
e nacionalista não é
nenhuma novidade.***

sociedade brasileira e, em segundo plano, que a disputa política entre os campos conservador-liberal e nacionalista não é nenhuma novidade.

De acordo com Montalvão (2010, p, 25), esses debates colocam-nos não apenas frente a interpolações de ordem política, mas também, de questões da ordem dos conceitos, ou seja, da forma como as palavras centralização/descentralização, público/privado, educação totalitária/educação democrática foram pensadas no quadro histórico-temporal em que os atores políticos travaram a batalha semântica pela legitimidade das mesmas.

““”

esses debates colocam-nos não apenas frente a interpolações de ordem política, mas também, de questões da ordem dos conceitos, ou seja, da forma como as palavras centralização / descentralização, público / privado, educação totalitária / educação democrática foram pensadas no quadro histórico-temporal em que os atores políticos travaram a batalha semântica pela legitimidade das mesmas.

Na década de 1950, período de grande efervescência política, a legislação para a educação profissional pouco avançou. O plano de metas de Juscelino Kubitschek, por exemplo, havia deixado para a educação apenas 3,4% dos investimentos previstos e, do seu plano de metas, uma única meta, relativa ao ensino técnico. A última delas. (Montalvão, 2010).

A partir de abril de 1964 o Brasil mergulharia num longo período de ditadura militar (1964-1985).

A partir de abril de 1964 o Brasil mergulharia num longo período de ditadura militar (1964-1985), e as esperanças de uma educação que superasse a lógica dualística entre a escola do trabalhador e outra das elites, conforme criticavam tanto os liberais quanto os antigos renovadores da educação (Montalvão, 2010) submergiu ainda mais profundamente.

Entre a repressão política e o aprofundamento da dependência econômica externa, materializada na campanha publicitária do “milagre

econômico” e fortemente alicerçada nos acordos MEC/USAID¹⁶ de 1966, foi aprovado em 1971 um conjunto de reformas educacionais que guarda diversas semelhanças com a atual contrarreforma do ensino médio.

Entre as mais sensíveis a profissionalização compulsória do segundo grau, que passara a ser

Figura 13: Revista “Os vinte e um anos de ditadura militar no Brasil e a educação.”



(Cedes, 2008)¹⁷

¹⁶ Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid> Acesso em 01 nov. 2023.

OS VINTE E UM ANOS DE DITADURA MILITAR NO BRASIL E A EDUCAÇÃO | Cedes. (set/dez 2008) Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/periodicos/cadernos-cesdes/76-v28-setdez-2008-os-vinte-e-um-anos-de-ditadura-militar-no-brasil-e> . Acesso em: 25 fev. 2025.

¹⁷ OLIVEIRA, E. R.; SILVA, J. F. Mundo do Trabalho e Mercado de Trabalho. Capes.gov.br, 2023. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/742847>. Acesso em: 21 fev 2025.

essencialmente profissionalizante, o aligeiramento da aprovação do texto da lei, a ausência de diálogo com a sociedade e o esvaziamento do currículo propedêutico. “O projeto passou a determinar que o objetivo da formação no 2º grau seria unicamente a habilitação profissional.

Só excepcionalmente o currículo poderia voltar-se ao “aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais” (Brasil, 1971).

Ao final daquela década, denunciavam os jornais, já impulsionados pelos ventos da distensão política, as grandes falhas na implantação daquela alardeada reforma.

Os poucos investimentos na educação não permitiram um avanço considerável nos índices do emprego e nem aproximaram a juventude trabalhadora do sonho da universidade, uma vez que a preparação para o vestibular se tornara insuficiente.

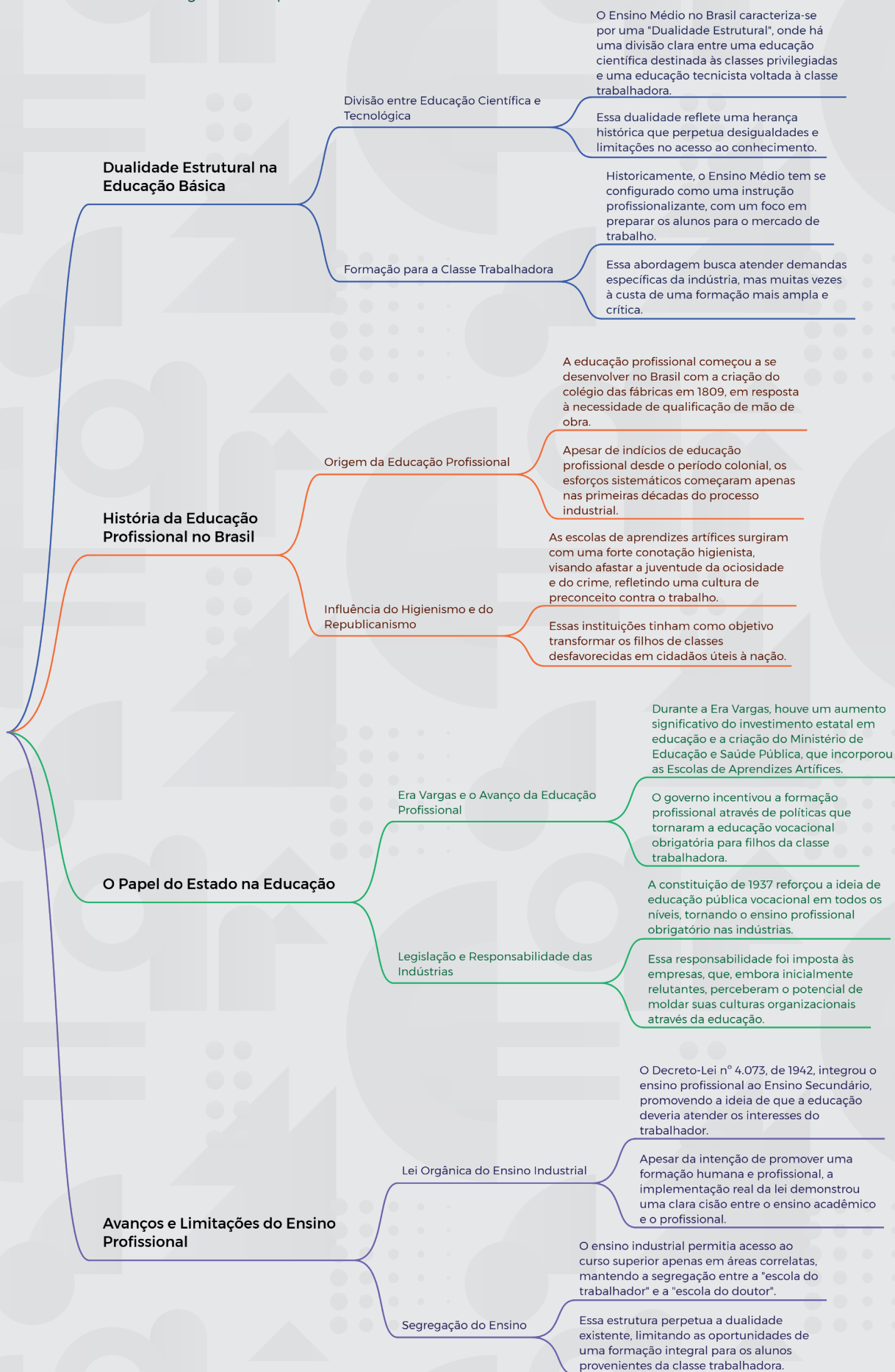


A esse respeito, ao defender uma emenda (aceita) ao projeto de lei o deputado Bezerra de Mello (Arena-SP), justificou: “É necessário fechar de uma vez por todas a porta das escolas ao ensino verbalístico e academizante, que não forma nem para o trabalho nem para a vida. A alternativa ‘ou aprofundamento de estudos gerais’ seria a grande brecha por onde resvalariam as escolas e os sistemas avessos à formação profissional do jovem”. Marcadamente mercadológicas, as reformas possibilitariam, nas palavras do ministro Jarbas Passarinho, o abandono do ensino “meramente propedêutico” (preparatório para o ensino superior) para dar terminalidade à escola de 2º grau, formando “os técnicos de nível médio de que têm fome a empresa privada e a pública” (Beltrão, 2017).

Figura 14: Mapa Conceitual: histórico do Ensino Secundário no Brasil

**E
N
S
I
N
O

M
É
D
I
O**



Fonte: Dados do pesquisador.

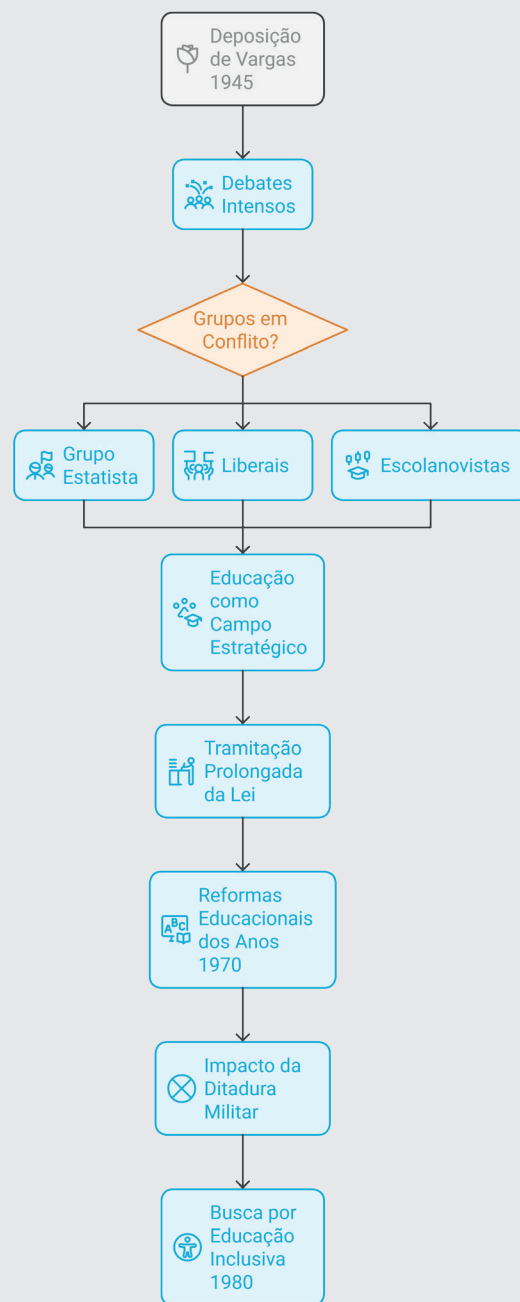
A partir da década de 1980, o avanço das vozes pela democracia encorajava também a luta por uma educação mais inclusiva e democrática.

Os debates pela democratização, por uma nova constituição e, finalmente, por uma **Lei de Diretrizes e Bases (LDB)** que atendesse ao denso significado de Educação Politécnica se arrastaram por mais de uma década.

Nos últimos anos do século XX, mais particularmente com a aprovação da LDB de 1996, do decreto 2.208/97 e da lei 9.649/98, os defensores de um projeto de educação comprometido com o mundo do trabalho viram seus esforços se desvanecerem e, mais uma vez, aprofundar a abissal cisão entre o ensino profissional e o propedêutico, já que o decreto 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamentava o funcionamento da EPT, cindia definitivamente as duas modalidades de ensino e a lei 9.649/98, na prática, proibia a expansão de unidades das escolas técnicas federais.

Profundamente comprometidos com os acordos do consenso de Washington¹⁸, com o receituário neoliberal e com uma pedagogia das competências, essa legislação de caráter

Figura 15: Evolução dos Debates Educacionais no Brasil



Fonte: Dados do pesquisador.

propositalmente genérico, preconizava, apesar de apregoar a ideia de uma educação para a vida, o objetivo de preparar a juventude para as incertezas do mercado em nome de uma “filosofia” da empregabilidade.



No caso da educação profissional, ao ser desvinculada do ensino médio, por força do Decreto nº 2.208/97, as Diretrizes Curriculares Nacionais pregaram, como uma doutrina reiterada, os currículos baseados em competências, descritas como comportamentos esperados em situações de trabalho. Por mais que se tenha argumentado sobre a necessidade do desenvolvimento de competências flexíveis, essa prescrição não escapou a uma abordagem condutivista do comportamento humano e funcionalista de sociedade, reproduzindo-se os objetivos operacionais do ensino coerentes com os padrões taylorista-fordistas de produção. [...] A ideologia da empregabilidade sustentou a responsabilização dos próprios trabalhadores pelo desemprego, sendo que a qualificação e a requalificação profissional foram considerados meios de acesso a setores ocupacionais, prevalecendo, para a maioria dos trabalhadores, a periferia da produção, esfera em que predomina tanto a lógica taylorista-fordista quanto a precarização do trabalho. (Ciavatta; Ramos, 2012, p. 30-31).

Nos primeiros 15 anos do "novo século", embora não com a profundidade e a velocidade desejáveis – e muito menos com a intensidade necessária –, foram adotadas medidas importantes. Essas ações não apenas reacenderam os debates sobre um Ensino Médio Integrado, de base unitária e caráter politécnico, como também permitiram

¹⁸ Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países, também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. À reunião se daria a denominação informal de "Consenso de Washington". (Batista, 1994)

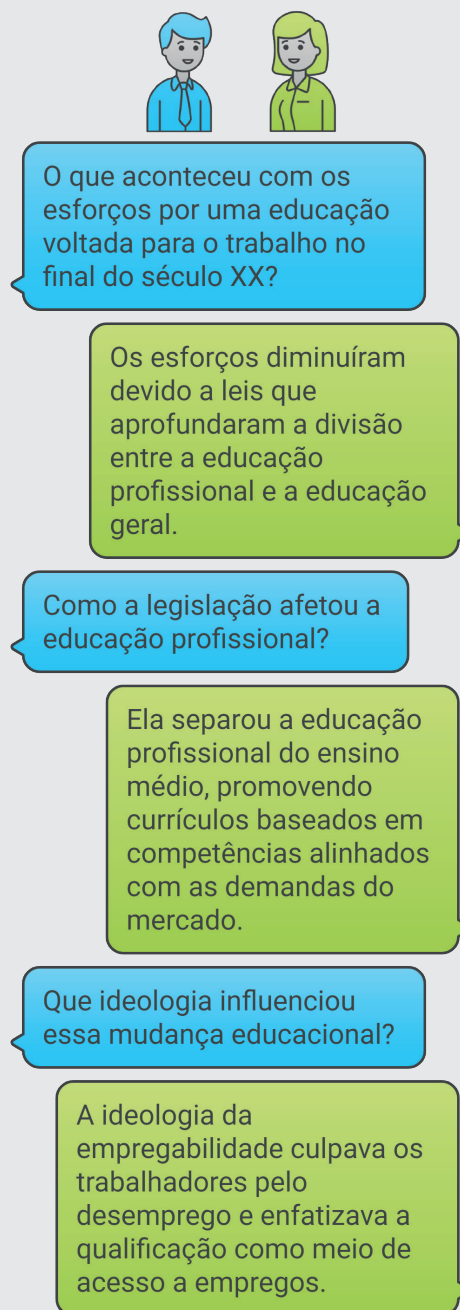
vislumbrar a promessa de um futuro melhor para a educação e para o fortalecimento das instituições. Contudo, conforme vaticinava Frigotto (2007), a não implementação de políticas de estado e de projetos de desenvolvimento alternativos ao neoliberalismo provocaria o aprofundamento da desarticulação do estado e o avanço de uma política destrutiva do capital sobre os direitos dos trabalhadores.

De forma profética, escrevia o autor em 2007:

“““

Em função da falta de um projeto de desenvolvimento alternativo, que incluía reformas estruturais, da tradição de não construir políticas de Estado, mas de governo, da política de alianças cada vez mais conservadora e, por outra parte, do esfacelamento dos movimentos e forças da esquerda, a correlação de força, dentro do aparelho do Estado e na sociedade civil, pende cada vez mais para os processos de privatização mascarados por parcerias e pelas nomenclaturas que dissimulam este processo - organizações sociais públicas de direito privado (Frigotto, 2007. p. 526).

Figura 16: Conversa ideologia da empregabilidade



Fonte: Dados do pesquisador.

Assim, no ano de 2004, pelo decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 foi retomada a ideia de ensino médio integrado e também retomados alguns termos caros à perspectiva da politecnicidade na educação, como, por exemplo, o trabalho como princípio educativo e a verticalidade no processo educativo dos jovens trabalhadores.

Porém, **apesar de retomar a possibilidade do ensino integrado, o decreto não extinguiu a permissividade dos formatos concomitante e subsequente na educação profissional. Essa brecha, ou esse hibridismo nos textos legais brasileiros, servem, aparentemente, como uma estratégia deliberada de não se indispor com o conservadorismo de legislações anteriores e com seus defensores.**

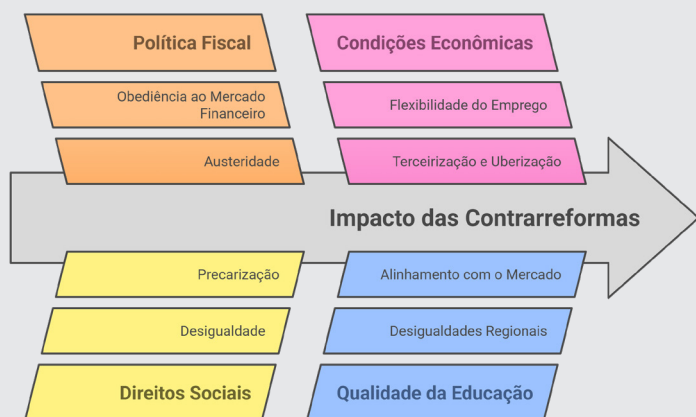
Neste sentido, apesar desse importante passo em direção à reintegração entre ensino médio e técnico/profissionalizante, a flexibilidade em relação a outros arranjos e sobretudo a permissividade em relação às parcerias com o setor privado, que representavam e representam a privatização de uma parcela considerável do orçamento público para a EPT foram alvo de muitas críticas. Conforme argumenta Mauro Sala,



apesar da importante iniciativa de integração do Ensino Técnico com o Ensino Médio, a maior expansão de matrículas se deu na forma de cursos 60 técnicos concomitantes e/ou subsequentes e cursos curtos de qualificação profissional, que representam uma formação profissional bastante aligeirada. [...] o Pronatec foi o grande responsável por essa expansão privatista e precária da educação profissional, contrabalançando os ganhos obtidos pela expansão da Rede Federal e da volta do Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio (Sala, 2020. p. 60).

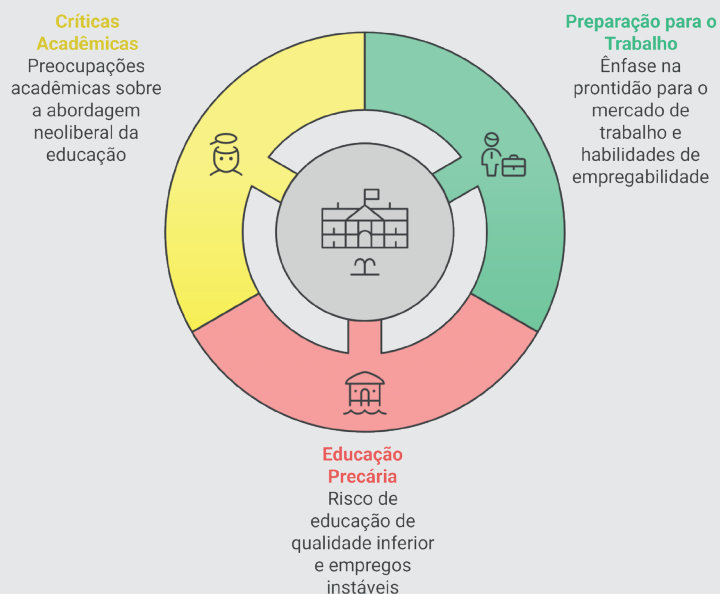
A partir da ruptura institucional que interrompeu o governo de Dilma Rousseff, testemunhamos a implementação de uma série de contrarreformas, impulsionadas por uma visão neoliberal radical. Essas mudanças não apenas resultaram na perda de direitos por parte de trabalhadores e aposentados, mas também justificaram um alegado enxugamento da máquina pública, que congelava investimentos essenciais por décadas. Dentro desse contexto, a Reforma do Ensino Médio (REM) emergiu como uma das principais transformações, refletindo os valores e prioridades desse novo cenário político e econômico.

Figura 17: O conjunto das contrarreformas.



Fonte: Dados do pesquisador.

Figura 18: Críticas às Conarreformas



Fonte: Dados do pesquisador.

De caráter essencialmente antidemocrático, os dispositivos da Lei nº 13.415/2017 (REM) foram aprovados no ano anterior, de maneira unilateral, por meio de medida provisória. Instrumento que só deveria ser utilizado em caráter de urgência, mas é frequentemente utilizado pelos chefes do executivo para queimar as etapas constitucionais para a tramitação de uma lei.

Apesar do grande entusiasmo com que foi recebida pela imprensa tradicional e pelos representantes do mercado, a contrarreforma, associada às demais medidas empreendidas pelo Governo Temer, vem recebendo críticas de estudiosos que alertam sobre os mais diferentes problemas desde a sua concepção.

O primeiro deles, ideológico. Inspirado nos valores da teoria do capital humano e afiançado em um corolário neoliberal dos mais regressivos, a contrarreforma tem caráter essencialmente voltado para o mercado de trabalho.

O jovem egresso do Novo ensino Médio (NEM), sob a perspectiva dos legisladores, deve estar preparado

Figura 19: Cartilha "Contrarreforma do Ensino Médio."



(Andes, 2017)¹⁹

para as intempéries e as incertezas do mercado e dispor dos mecanismos mínimos para a sua empregabilidade, ou seja, deve, por seus próprios meios, estar preparado para se adequar às diferentes realidades impostas pelo mercado, sejam elas a do emprego, do serviço em caráter precário ou mesmo a do desemprego.

Figura 20: Charge Tempos Modernos



(Latuff, 2017)²⁰

A flexibilização do currículo e da aprendizagem, tão propaladas pelos seus defensores, tem o objetivo de reorganizar o ensino, com base nas novas formas de acumulação de capitais.

¹⁹ ANDES-SN. A contrarreforma do ensino médio: o caráter excludente, pragmático e imediatista da Lei nº 13.415/2017. Brasília, DF: ANDES-SN, 2017. 32 p. Disponível em: <<https://www.adufal.org.br/conteudo/13292>>. Acessado em: 25 fev. 2025.

²⁰ Disponível em: <<https://educacaoemrevista.wordpress.com>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Conforme aponta Kuenzer (2017, p. 16-18):



Como a proposta é substituir a estabilidade, a rigidez, pela dinamicidade, pelo movimento, à educação cabe assegurar o domínio dos conhecimentos que fundamentam as práticas sociais e a capacidade de trabalhar com eles, por meio do desenvolvimento de competências que permitam aprender ao longo da vida, categoria central na pedagogia da acumulação flexível. Se o trabalhador transitará, ao longo de sua trajetória laboral, por inúmeras ocupações e oportunidades de educação profissional, não há razão para investir em formação profissional especializada. [...] Daí o caráter “flexível” da força de trabalho; importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com fluidez, [...] atendendo a diferentes formas de contratação, subcontratação e outros acordos precários, assegurem os níveis desejados de produtividade, por meio de processos de extração de mais-valia que combinam as dimensões relativa e absoluta.

Em outubro de 2023, foi enviado ao Congresso Nacional um projeto de alteração da contrarreforma do Ensino Médio. Apesar das esperanças de muitos pela revogação da Lei nº 13.415/2017, o governo de coalizão, liderado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, propôs uma série de medidas para reorganizar o NEM.

Entre essas medidas estão o aumento da carga horária da base comum para 2400 horas e mais 600 para as optativas, com a flexibilização para os estudantes que fazem o Ensino Técnico concomitante, para no mínimo 2100 horas para as disciplinas obrigatórias dessa base comum.

Além do aumento das disciplinas obrigatórias, as mudanças avançam sobre outros temas polêmicos, como a extinção das possibilidades da oferta de componentes



curriculares da base comum em formato Educação à Distância (EaD), das certificações intermediárias para os alunos da EPT e do mecanismo do **notório saber**, que fica restrito às situações excepcionais ainda a ser regulamentadas.

Resta-nos saber quais são essas excepcionalidades e como serão feitas as regulamentações de um mecanismo que subtrai do professor a identidade e o sentido do seu trabalho, tem forte caráter privatista, prejudica a educação pública e, conseqüentemente, compromete a qualidade do ensino.

O Trabalho e a Educação são aspectos indissociáveis à natureza humana

A propriedade privada dos meios coletivos de produção, que é apropriação de trabalho alheio, tem significado, também, apropriação privada da ciência e sua separação do trabalho; esta tem mesmo negado o preexistente vínculo entre ciência e ação, próprio da limitada produção artesanal, mas criou, por sua vez, as condições para a sua própria superação. Torna inevitável a recuperação de uma identidade entre ciência e trabalho; e tal recuperação não pode realizar-se a não ser como reapropriação da ciência por parte de todos os indivíduos no processo coletivo da produção moderna, do moderno domínio do homem sobre a natureza. (Manacorda, 2017, p. 75)

Figura 21: Alteração do Ensino Médio



(Brasil, 2023)²¹

²¹ BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Governo vai enviar PL ao Congresso para alterar o ensino médio. Brasília, DF: MEC, 2023.

Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/governo-vai-enviar-pl-ao-congresso-para-alterar-o-ensino-medio>.

Acesso em: 12 fev. 2025.

GLOSSÁRIO

A

Aligeiramento: Redução ou simplificação excessiva de processos, conteúdos ou estruturas, muitas vezes resultando em perda de qualidade ou profundidade. No contexto educacional, refere-se à superficialidade na formação dos estudantes.

Alvará Régio: Documento legal emitido pela Coroa Portuguesa durante o período colonial, que regulamentava atividades econômicas, educacionais e sociais no Brasil.

B

Base Comum Curricular: Conjunto de conhecimentos e habilidades obrigatórios que todos os estudantes devem aprender durante o Ensino Médio, conforme definido pela legislação educacional.

Brasil Colônia: Período da história brasileira que vai de 1500 (descobrimto) até 1822 (Independência do Brasil), marcado pela administração portuguesa.

C

Capital Humano: Teoria econômica que considera a educação e a qualificação dos indivíduos como investimentos que aumentam sua produtividade e valor no mercado de trabalho.

Cisão Educacional: Divisão ou separação entre diferentes modalidades de ensino, como a distinção entre educação acadêmica e educação profissional.

Consenso de Washington: Conjunto de políticas neoliberais adotadas por países em desenvolvimento a partir dos anos 1980, com foco em privatização, desregulamentação e redução do papel do Estado.

D

Dualidade Estrutural: Divisão histórica no sistema educacional entre uma formação acadêmica (para as elites) e uma formação técnica ou profissionalizante (para a classe trabalhadora).

Desenvolvimentismo: Política econômica que prioriza o crescimento industrial e a modernização do país, com forte intervenção estatal.

E

Educação Politécnica: Modelo educacional que integra formação geral e técnica, visando uma educação mais ampla e crítica, preparando o indivíduo para o trabalho e a vida cidadã.

Empregabilidade: Capacidade de um indivíduo de se manter ou conseguir emprego, muitas vezes associada à aquisição de competências e habilidades demandadas pelo mercado.

Ensino Integrado: Modelo que combina educação geral e profissionalizante, buscando superar a dualidade entre formação acadêmica e técnica.

Ensino Profissionalizante: Modalidade de ensino voltada para a formação técnica e prática, preparando os estudantes para o mercado de trabalho.

Escolanovistas: Corrente pedagógica que defende uma educação mais democrática, centrada no aluno e voltada para a formação integral do indivíduo.

F

Flexibilização Curricular: Adaptação do currículo escolar para atender a diferentes necessidades e contextos, muitas vezes com redução de disciplinas obrigatórias e aumento de optativas.

H

Higienista: Movimento que surgiu no início do século XX, defendendo medidas de saúde pública e educação para "sanear" a população, muitas vezes associado a ideias eugenistas e de controle social.

I

Ideologia da Empregabilidade: Concepção que responsabiliza o indivíduo por sua qualificação e adaptação ao mercado, minimizando o papel do Estado e das estruturas socioeconômicas.

L

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB): Legislação que define as normas e princípios da educação no Brasil. A LDB atual é a Lei nº 9.394/1996.

Lei Orgânica do Ensino Industrial: Decreto-Lei nº 4.073/1942, que organizou o ensino técnico-industrial no Brasil durante o governo Vargas.

M

MEC/USAID: Acordos entre o Ministério da Educação brasileiro e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) na década de 1960, que influenciaram políticas educacionais no Brasil.

Milagre Econômico: Período de crescimento acelerado da economia brasileira durante a ditadura militar (1968-1973), marcado por investimentos em infraestrutura e endividamento externo.

N

Neoliberalismo: Modelo econômico e político que defende a redução do papel do Estado, a privatização e a livre atuação do mercado.

P

Politecnia: Educação que integra conhecimentos científicos, técnicos e humanísticos, visando a formação integral do indivíduo para o trabalho e a vida em sociedade.

Pronatec: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado em 2011 para expandir a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes.

R

Reforma do Ensino Médio (REM): Lei nº 13.415/2017, que alterou a estrutura do Ensino Médio no Brasil, introduzindo flexibilização curricular e ampliação da carga horária.

Republicanismo: Período da história brasileira iniciado em 1889, com a Proclamação da República, marcado por transformações políticas e sociais.

S

Substituição de Importações: Política econômica adotada no Brasil durante o governo Vargas, que visava reduzir a dependência de produtos estrangeiros através do desenvolvimento da indústria nacional.

T

Taylorismo-Fordismo: Modelos de organização industrial baseados na divisão do trabalho, padronização de processos e aumento da produtividade, associados à exploração intensiva da mão de obra.

U

UDN: União Democrática Nacional, partido político brasileiro de orientação conservadora e liberal, ativo durante o período democrático (1945-1964).

V

Verticalidade Educacional: Integração entre diferentes níveis de ensino (básico, técnico e superior), garantindo continuidade e aprofundamento na formação dos estudantes.

CAPÍTULO 3

**POR UM ENSINO MÉDIO
NECESSÁRIO: INTEGRAL,
POLITÉCNICO E OMNILATERAL**

A discussão sobre a estruturação do Ensino Médio no Brasil tem, historicamente, sido pautada pela necessidade de superar o modelo tradicional, fragmentado e voltado à adaptação ao mercado de trabalho.

Apesar de todas as mazelas expostas, de uma educação e de um currículo das incertezas, é necessário manter no horizonte a utopia. Estabelecer os pilares desejáveis para a formação da juventude brasileira, tendo uma educação integral e que tome por base o trabalho como princípio educativo.

É no trabalho, em seu sentido ontológico, que nos fazemos humanos e a educação integrada pode e deve contribuir para uma sociedade da transformação.

Para isso é necessário compreender que a luta pela educação de qualidade não pode estar desconexa nem das transformações e nem das lutas sociais.

Não há igualdade possível sem a redemocratização radical do conhecimento humano.

Se as transformações na sociedade e, conseqüentemente, na educação, são influenciadas pela estrutura do capital, não podem tampouco permanecer

subsumidas a ela.

Nosso objetivo, portanto, deve ser a luta por uma Educação profissional não somente integrada ao Ensino Médio, mas por um currículo integral, que coopere para a construção um ser humano também integral.

Não se trata, portanto, de uma educação em tempo integral, o que é um erro comum de interpretação, e nem unicamente integrada à Educação Profissional, nas palavras de Ciavatta e Ramos (2012),

“““

não se trata somente de integrar um a outro na forma, mas sim de se constituir o ensino médio como num processo formativo que integre as dimensões estruturantes da vida, trabalho, ciência e cultura, abra novas perspectivas de vida para os jovens e concorra para a superação das desigualdades entre as classes sociais (Ciavatta; Ramos, 2012a, p.306 - Grifo Nosso).

Material Complementar

Que tal trazer para a sala de aula uma reflexão poderosa sobre o tempo, o trabalho e a vida na sociedade capitalista? O curta-metragem *El Empleo* (2008), dirigido por Santiago Bou Grasso, é uma animação impactante que retrata, de forma criativa e simbólica, a rotina de um trabalhador comum, explorando temas como a reificação e a desumanização no mundo do trabalho.

Com apenas seis minutos, o filme é uma excelente ferramenta para provocar debates profundos com os alunos do Ensino Médio sobre como o tempo do trabalho molda nossas vidas e relações sociais.

Para enriquecer a discussão, sugerimos o artigo Trabalho e convívio social: a representação da vivência do tempo pela sociedade capitalista no curta-metragem *El Empleo*, que oferece uma análise detalhada e reflexões teóricas sobre o filme, conectando-o a conceitos de Marx, Lukács e Thompson. Juntos, o vídeo e o artigo podem inspirar os alunos a pensar criticamente sobre o mundo em que vivem e o papel do trabalho em suas vidas.

Link do artigo: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2021.159194>

Video: "Curta-metragem El Empleo"



(Bou Grasso, 2008)²²

²² EL EMPLEO - 100 Film Festival and Contests Awards. Opus Bou. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cxUuU1jwMgM>. Acesso em: 09 Jan. 2018.

Sintetizando as Ideias

Embora não se tratem de sinônimos, “Ensino integrado, politecnia, educação omnilateral”, São termos que pertencem ao mesmo universo de ações educativas quando se fala em ensino médio e em educação profissional.

(Ciavatta, 2014, p. 188)

O conceito de homem omnilateral Frente à realidade da alienação [unilateral] humana, na qual todo homem, alienado por outro, está alienado da própria natureza, e o desenvolvimento positivo está alienado a uma esfera restrita, está a exigência da omnilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação.

(Manacorda, 2017, p.87)

Há um sentido histórico que o termo politecnia adquiriu no Brasil, particularmente a partir dos embates na elaboração da LDB dos anos 1990 e na defesa de uma formação integrada ao Ensino Médio que não fosse apenas o arremedo da profissionalização compulsória implantada a partir da Lei n. 5.692/71. Buscava-se a da superação do tradicional dualismo da sociedade e da Educação no Brasil. Sua origem remota está na educação socialista, que pretendia ser omnilateral e formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica.

(Ciavatta, 2014, p. 190)

GLOSSÁRIO

C

Currículo Integral: Modelo de currículo que busca integrar as diversas dimensões do conhecimento e da formação humana, abrangendo tanto os aspectos cognitivos quanto os sociais, culturais, emocionais e físicos.

C

Desenvolvimento Cognitivo: Processo de desenvolvimento das capacidades mentais, como a atenção, a memória, o raciocínio, a linguagem e a resolução de problemas.

E

Educação em Tempo Integral: Modelo de escola que oferece atividades educativas durante um período prolongado do dia, geralmente em período integral, com o objetivo de ampliar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Ensino Integrado: Modelo de ensino que busca integrar diferentes áreas do conhecimento e modalidades de ensino, como o ensino médio e a educação profissional, visando a formação integral dos alunos.

F

Formação Humana: Processo de desenvolvimento das capacidades e potencialidades do ser humano, abrangendo tanto os aspectos individuais quanto os sociais.

M

Mundo do Trabalho: Conjunto de relações e atividades relacionadas ao trabalho, incluindo as profissões, as tecnologias, as organizações e as relações sociais.

O

Omnilateral: Que se desenvolve em todas as direções, abrangendo todas as dimensões do ser humano.

P

Pedagogia Crítica: Abordagem pedagógica que busca promover a reflexão crítica sobre a realidade social e a transformação da sociedade.

R

Redemocratização do Conhecimento: Processo de democratização do acesso ao conhecimento, visando a superação das desigualdades sociais e a construção de uma sociedade mais justa.

T

Trabalho como Princípio Educativo: Ideia de que o trabalho pode ser utilizado como base para a educação, visando a formação integral do indivíduo, desde que seja um trabalho emancipador, que promova o desenvolvimento humano e não a alienação.

Transformações Sociais: Mudanças que ocorrem na sociedade em relação às suas estruturas, instituições, valores e relações sociais.

CAPÍTULO 4

MUNDO DO TRABALHO E MERCADO DE TRABALHO



Assim como as relações de produção se alteram ao longo do tempo, a escola, que não é uma ilha, mas parte integrante do tecido social, também viu, historicamente, a forma com que a educação era oferecida para a classe trabalhadora se modificar.

Após o surgimento do capitalismo industrial no final do século XVIII, principalmente, emerge também a necessidade de um programa de educação sistemática para os trabalhadores (De Paula; Pereira, 2023).

Desde então, os processos educativos vêm sendo modificados a cada transformação das necessidades produtivas.

Ou seja, **na medida em que o capitalismo se complexifica, surge a necessidade de uma mudança de curso na educação para a classe dos não proprietários (Saviani, 2007). A essa educação, chamamos de Educação para o Mercado de trabalho.**

Atualmente, com as profundas

O mundo do trabalho refere-se à dimensão ampla das atividades produtivas humanas, enquanto o mercado de trabalho está vinculado à lógica capitalista de oferta e demanda de força de trabalho.

transformações nas cadeias produtivas, com a alteração das formas de acumulação de capital e a introdução de novas tecnologias, as relações de trabalho se tornam cada vez mais flexíveis, fragmentadas e instáveis.

Figura 24: Reportagem IA e desigualdade social.

Na era da IA, como evitar o abismo da desigualdade tecnológica e social

■ Gracemerce Camboim Jatobá e Silva

11 de maio de 2024, 11h23

Tecnologia

A história da humanidade está intimamente ligada ao progresso técnico: desde a invenção das primeiras ferramentas, a roda, a imprensa ou a máquina a vapor até o uso da energia atômica, a Internet ou um acelerador de partículas, a humanidade continuou a se desenvolver tecnicamente. A tecnologia moderna está tendo um impacto particularmente rápido em várias áreas da vida cotidiana e no mundo do trabalho.

(Conjur, 2024)²³

²³ CONJUR. Na era da IA, como evitar o abismo da desigualdade tecnológica e social no Brasil? Consultor Jurídico, 11 maio 2024.

Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2024-mai-11/na-era-da-ia-como-evitar-o-abismo-da-desigualdade-tecnologica-e-social-no-brasil/>.

Acesso em: 15 fev. 2025.

Para atender a essas demandas, os currículos da educação básica vêm sofrendo alterações que objetivam percursos formativos também cada vez mais flexíveis.

Em nome da empregabilidade, os jovens trabalhadores devem desenvolver competências socioemocionais que os habilitem a transitar pelas mais diversas formas de ocupação ou desemprego ao longo da vida (Kuenzer, 2017).

Por outro lado, é necessário pensar em uma Educação para o Mundo do trabalho, conforme aponta Ciavatta (2014),

“

Para pensar sobre o trabalho e sua relação com a educação, valemo-nos, também, do conceito de mundo de trabalho (Hobsbawm, 1987), que inclui tanto as atividades materiais, produtivas, como os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida. Evoca-se com isso o universo complexo que, às custas de enorme simplificação, reduzimos a uma das suas formas históricas aparentes, tais como a profissão, o produto do trabalho, as atividades laborais, fora da complexidade das relações sociais que estão na base dessas ações (Ciavatta, 2005, p. 08. Grifo Nosso.)

Dica de debate em sala de aula:

Como pensar em uma educação a Educação Integral em um país tão desigual?

A maior causa da evasão escolar no Ensino Médio permanece sendo o trabalho. No Brasil, cerca de 1,6 milhão de crianças e adolescentes entre 05 e 17 anos encontram-se em situação de trabalho infantil (IBGE Notícias, 2024)²⁴.

²⁴Em 2023, trabalho infantil volta a cair e chega ao menor nível da série | Agência de Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41618-em-2023-trabalho-infantil-volta-a-cair-e-chega-ao-menor-nivel-da-serie>>. Acessado em 28 fev. 2025.

Mídia Complementar

Figura 25:: Vídeo "O novo ensino médio e mundo do trabalho."



(Oliveira e Silva, 2023)

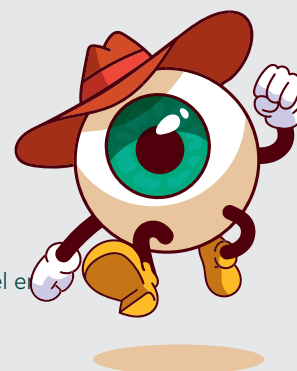
Pra ficar de olho!

Confira o "Guia orientador - mundo do trabalho ou mercado de trabalho: concepções para a construção de currículos na educação profissional".

Segundo os autores o guia pode ser utilizado por qualquer instituição de educação que atue na Educação Profissional, tanto pela equipe pedagógica em processo de formação e orientação de docente, como ponto de partida para aprofundamentos na área ou como guia norteador de ações a ser fornecido aos docentes que ingressarem na instituição (Quintão; Oliveira, 2020):

Material: "Guia orientador - mundo do trabalho ou mercado de trabalho: concepções para a construção de currículos na educação profissional"

Link: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/584613>



²³ OLIVEIRA, E. R.; SILVA, J. F. Mundo do Trabalho e Mercado de Trabalho. Capes.gov.br, 2023. Disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/742847>. Acesso em: 21 fev 2025

Ou seja, **uma educação para o mundo do trabalho, implica em ser feita a partir das realidades do trabalho, se este último é a atividade essencial que caracteriza a existência humana, sendo o meio pelo qual o ser humano transforma a natureza e a si mesmo, é também a partir dessa realidade que deve partir o ensino (Saviani, 2007).**

Nesse sentido, concordamos com Ciavatta (2005, p. 09), que afirma que esse deve ser “o sentido transcendente da educação como capacidade de conhecer e de atuar, de transformar e de ressignificar a realidade”.

Não se trata, contudo, de apartar, definitivamente, a educação das exigências das produções

econômicas locais. Ao contrário, trata-se de construir um debate a partir das realidades concretas dos jovens e adultos que estão inseridos nas escolas, de modo que possam se apropriar dos conhecimentos e analisar criticamente, na forma e no conteúdo, como ocorrem os processos produtivos nos quais suas comunidades retiram seus meios de vida.

É compreender, portanto, a complexidade histórica, cultural, ética e estética dos processos produtivos e não, necessariamente, conferir a eles uma certificação para a empregabilidade. Por mais que muitas vezes ela seja importante, dadas as condições econômicas atuais.

Figura 26: Fatores que Influenciam a Educação Relacionada ao Trabalho



Fonte: Dados do pesquisador.

GLOSSÁRIO

A

Automação: Utilização de máquinas e sistemas para realizar tarefas que antes eram realizadas por pessoas, com o objetivo de aumentar a produtividade e reduzir custos.

C

Competências Socioemocionais: Habilidades como autoconfiança, colaboração, resiliência e adaptabilidade, que são valorizadas no mercado de trabalho atual, especialmente em funções que exigem interação humana e resolução de problemas complexos.

F

Flexibilização do Trabalho: Tendência de tornar as relações de trabalho mais flexíveis, com contratos temporários, trabalho autônomo, terceirização e outras formas de precarização, que podem levar à perda de direitos trabalhistas e à instabilidade.

Força de Trabalho: População em idade de trabalhar, que está empregada ou desempregada, incluindo tanto os trabalhadores formais quanto os informais.

Fragmentação do Trabalho: Divisão do trabalho em tarefas menores e mais especializadas, que podem levar à perda do sentido do trabalho, à alienação e à desumanização.

G

Globalização: Processo de integração econômica, social, cultural e política em escala mundial, que tem impactado o mundo do trabalho de diversas formas, como o aumento da competição, a deslocalização de empresas e a criação de novas formas de trabalho.

I

Informalidade: Situação em que um trabalhador não possui carteira assinada e não tem acesso aos direitos trabalhistas garantidos por lei.

M

Mercado de Trabalho: Espaço social e econômico onde se encontram oferta e demanda de força de trabalho, regido pela lógica capitalista, que busca o lucro e a acumulação de capital.

Mundo do Trabalho: Dimensão ampla das atividades produtivas humanas, que inclui tanto as atividades materiais (como a produção de bens e serviços) quanto os processos de criação cultural, as relações sociais e as tecnologias.

Q

Qualificação Profissional: Processo de aquisição de conhecimentos, habilidades e competências para o exercício de uma profissão ou atividade laboral.

R

Relações de Trabalho: Vínculos que se estabelecem entre empregadores e trabalhadores, mediados pelo contrato de trabalho, pelas leis trabalhistas e pelas relações de poder.

T

Trabalho Alienado: Trabalho em que o trabalhador se sente separado do produto de seu trabalho, do processo de produção e de seus colegas, o que pode levar à perda do sentido do trabalho e à desumanização.

CAPÍTULO 5

O TRABALHO E A PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

“

Por mais que a escola brasileira se organize historicamente sob o que chamamos de dualidade entre trabalho manual e intelectual, reproduzindo assim os elementos da divisão social do trabalho no ensino, e que, nossa perspectiva seja a de luta contra qualquer escola que proponha um ensino médio profissionalizante, na qual a profissionalização é entendida como uma espécie de adestramento aligeirado em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade (Saviani, 2007).

Figura 28: Estudantes visitantes em um dos stands do Curso Técnico Integrado em Agropecuária



(IFMG - Campus São João Evangelista, 2022)²⁴

O trabalho prático com madeira e metal [por exemplo], aplicando os fundamentos de diversificadas técnicas de produção, pode-se compreender como a ciência e seus princípios são aplicados ao processo produtivo, pode-se perceber como as leis da física e da química operam para vencer a resistência dos materiais e gerar novos produtos. Faz-se, assim, a articulação da prática com o conhecimento teórico, inserindo-o no trabalho concreto realizado no processo produtivo. O ensino médio envolverá, pois, o recurso às oficinas nas quais os alunos manipulam os processos práticos básicos da produção; mas não se trata de reproduzir na escola a especialização que ocorre no processo produtivo. O horizonte que deve nortear a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos. (Saviani, 2007, p. 161)

²⁴ IFMG - Campus São João Evangelista. Veja como foi a Mostra de Profissões dos Cursos Técnicos Integrados de 2022. São João Evangelista, 2022. Disponível em: <https://www.sje.ifmg.edu.br/portal/index.php/noticias/125-eventos/2155-veja-como-foi-a-mostra-de-profissoes-dos-cursos-tecnicos-integrados-de-2022>. Acesso em: 24 fev 2025.

“““

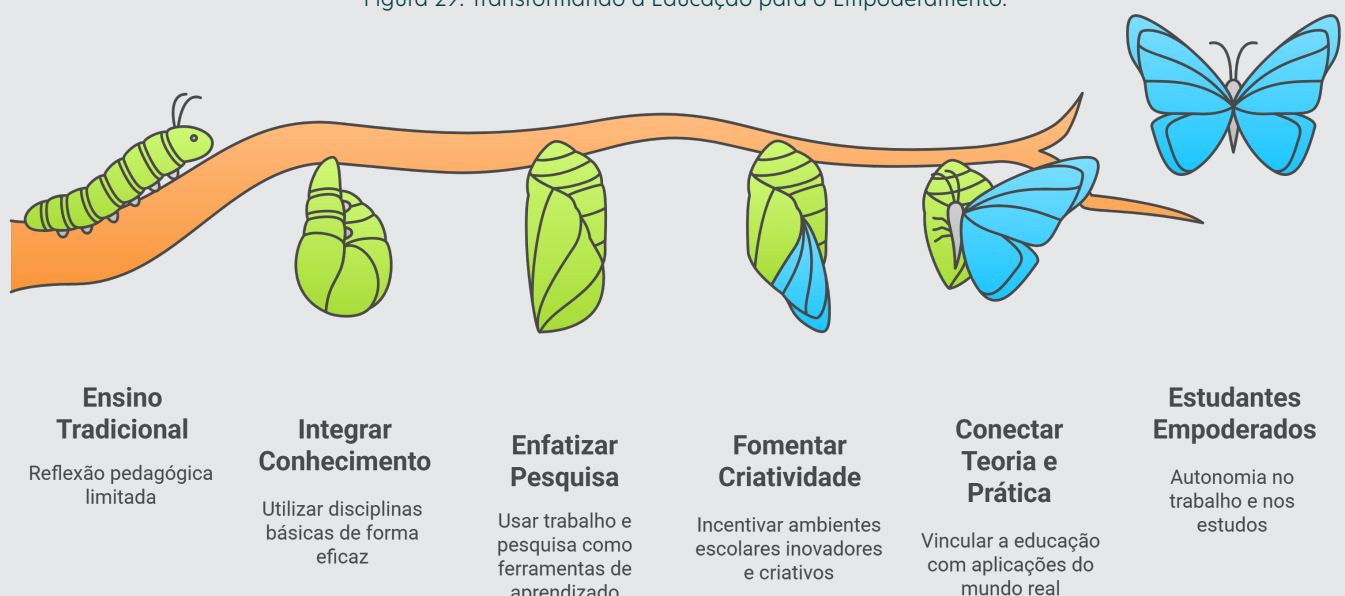
Reconhecemos o potencial transformador do trabalho docente, sobretudo quando se apropria dos conhecimentos e da estrutura necessários para refletir sobre o processo pedagógico.

Tanto as disciplinas da base comum, como Itinerários formativos como “Introdução ao Mundo do Trabalho”, “Projeto de Vida”, “Tecnologia e Inovação”, podem apresentar aos estudantes mais do que a superficialidade do Novo Ensino Médio vem propondo.

A utilização do trabalho e da pesquisa como elementos concretos de onde partem os saberes escolares, podem ser o ponto de partida para uma escola criativa e criadora. Nas palavras de Ciavatta,

Assim se gera o conhecimento, a ciência e a cultura como parte do aperfeiçoamento que a atuação sobre a natureza produz e o trabalho se torna princípio educativo, evidenciando a relação entre ciência e produção e as implicações da divisão técnica e social do trabalho. A integração entre o ensino médio e o ensino técnico pode atuar, também, como compromisso ético-político de preparação dos jovens das classes trabalhadoras para ganhar autonomia face ao mundo do trabalho e para ter condições de prosseguir os estudos (Ciavatta, 2005, p. 16).

Figura 29: Transformando a Educação para o Empoderamento.



Fonte: Dados do pesquisador.

A concepção do trabalho e da pesquisa como princípios educativos, neste sentido, é uma abordagem que busca integrar a teoria e a prática na formação dos estudantes.

Saviani (2007) ressalta que o trabalho educativo deve ser orientado pela pesquisa, proporcionando aos estudantes a oportunidade de compreender e transformar a realidade em que estão inseridos.

E por mais que o exemplo aqui utilizado tenha por base o trabalho industrial, em uma escola criativa, quaisquer atividades da prática social, do trabalho ou da cultura podem ser incorporados à práxis escolar.

Como veremos nas sugestões de práticas pedagógicas. Segue o link do produto Educacional que toma por base a Foto Etnografia como ponto de partida para a construção do conhecimento (Vianna; Prates, 2019)

Produto Educacional

"Fotoetnografia: Uma possibilidade pedagógica". Os autores sugerem o produto como uma possibilidade pedagógica em sala de aula, visando contribuir para a formação omnilateral (Vianna; Prates, 2019).

Figura 30: Produto Educacional "Fotoetnografia: Uma possibilidade pedagógica."



(Vianna, 2019)²⁵

²⁵ VIANNA, Cristiano Soares. Fotoetnografia: uma possibilidade pedagógica. 2019. 71 f. Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Campus Charqueadas, Charqueadas, RS, 2019. Disponível em: <<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/560223>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

GLOSSÁRIO

A

Adestramento: Treinamento repetitivo e mecânico, sem a compreensão dos fundamentos teóricos e práticos.

B

Base Comum: Conjunto de conhecimentos e habilidades essenciais para a formação integral dos estudantes, que deve ser comum a todos os currículos do ensino médio.

D

Dualidade Trabalho Manual e Intelectual: Separação entre o trabalho manual, considerado inferior, e o trabalho intelectual, considerado superior, que se reflete na organização da escola e do ensino.

I

Itinerários Formativos: Conjunto de disciplinas e atividades que os estudantes podem escolher para aprofundar seus conhecimentos em áreas de interesse, de acordo com seus objetivos e projetos de vida.

P

Práxis: Ação prática que transforma a realidade, unindo teoria e prática.

Princípios Educativos: Ideias que orientam a organização e o desenvolvimento do processo educativo, como o trabalho e a pesquisa.

Projeto de Vida: Planejamento dos objetivos e metas que o estudante pretende alcançar ao longo da vida, tanto no âmbito pessoal quanto profissional.

S

Saber Escolar: Conhecimento que é ensinado e aprendido na escola, que deve estar relacionado com a realidade social e com a prática dos estudantes.

T

Técnicas Produtivas: Métodos e processos utilizados na produção de bens e serviços, que podem ser ensinados na escola para preparar os estudantes para o mundo do trabalho.

Tecnologia e Inovação: Área do conhecimento que estuda as tecnologias e suas aplicações, bem como os processos de inovação, que são cada vez mais importantes no mundo do trabalho.

Trabalho como Princípio Educativo: Ideia de que o trabalho pode ser utilizado como base para a educação, visando a formação integral do indivíduo, desde que seja um trabalho emancipador, que promova o desenvolvimento humano e não a alienação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Superar a dualidade estrutural do Ensino Médio requer políticas públicas que integrem a educação geral e profissional em uma perspectiva unitária. Isso envolve a implementação de currículos integrados, formação continuada de professores e fortalecimento da educação pública como direito universal (Moura, 2013).

No entanto, o trabalho diário do professor pode incluir práticas que estimulem uma perspectiva crítica ao modelo fragmentado imposto pelo Novo Ensino Médio.

Atividades que partam das realidades concretas dos estudantes e lhes permitam refletir sobre os problemas e soluções a partir dessas realidades nos parecem um bom ponto de partida.

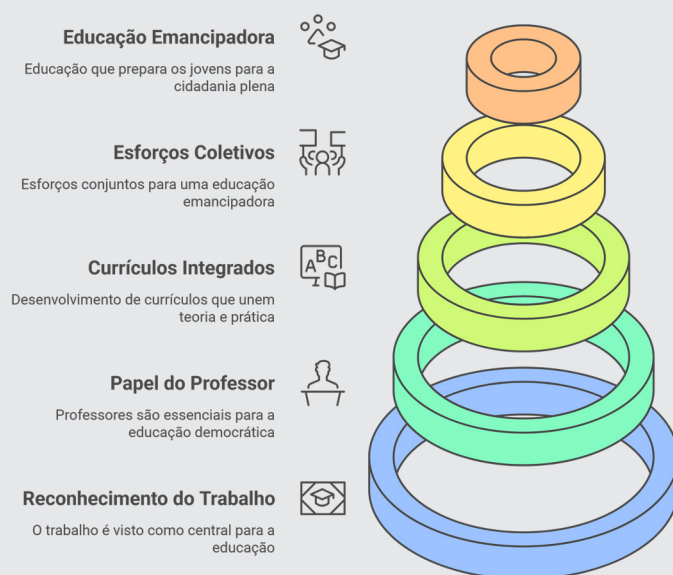
A vontade política, associada a uma comunidade escolar engajada, pode permitir o desenvolvimento de uma escola como espaço de memória, de compreensão do presente e elemento de coesão social (Ciavatta, 2005).

Nesse sentido, valorização do Ensino Médio passa pelo reconhecimento do trabalho como princípio educativo e dos professores como peça fundamental na construção de propostas pedagógicas democráticas que articulem teoria e prática.

A construção de um Ensino Médio necessário passa pela compreensão crítica das relações entre trabalho e educação e pela busca de uma formação integral e emancipadora.

A superação da dualidade estrutural requer esforços coletivos para garantir uma educação que prepare os jovens para a vida, o trabalho e a participação cidadã plena.

Figura 31: Caminho para a Integração Educacional.



Fonte: Dados do pesquisador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: s.n. 1994.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil. De 10 de novembro de 1937**. Diário Oficial, 19 nov. 1937b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm . Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 de setembro de 1909. Acesso em 11 nov. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Lei orgânica do ensino industrial**. Diário Oficial, Seção 1, 9 fev. 1942b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm . Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em 12 ago. 2023

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em 12 out. 2023.

CANAL LEITURAS BRASILEIRAS. DERMEVAL SAVIANI. A pedagogia histórico-crítica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk>>. Acesso em 28 fev. 2025.

CHISTÉ LEITE, P.S. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino**: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. Espírito Santo: Campo Aberto, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019. Disponível em <https://mascvuex.unex.es/revistas/index.php/campoabierto/article/download/3516/2357/>. Acesso em: 25 de jan. 2025.

CIAVATTA, M. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio integrado. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; S Paulo: Expressão Popular, 2012a.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**. v.23, n.1, jan-abr. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em 11 ago. 2023.

DE PAULA, J. C.; PEREIRA, C. A. As reformas educacionais e as perspectivas da Educação Profissional no Brasil do século XXI. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S. l.], v. 1, n. 23, p. e13890, 2023. DOI: 10.15628/rbept.2023.13890. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13890>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DE PAULA, J. C.; SILVA, J. F. Ensino Profissional e Tecnológico na era do reformismo. João Pessoa: **Temas em Educação**, 2024.

EL EMPLEO. Produção de Patricio Plaza e Santiago Bou Grasso. **Opus Bou**, Buenos Aires, 2008, 6 min. Disponível em: <http://www.opusbou.com.ar/> e <https://www.youtube.com/watch?v=cxUuU1jwMgM>. Acesso em 20 fev 2025.

FERREIRA, A. F.; VIANA, G. C.; CORREIA, S. L. C. P.; SANTOS, T. C. A pesquisa aplicada em educação: uma experiência de intervenção na educação básica de Salvador/BA. **Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**. 18 a 20 de setembro de 2014.

FRIGOTO, Gaudêncio. Educação Profissional E Capitalismo Dependente: O Enigma Da Falta E Sobra De Profissionais Qualificados. **Trab. Educ. Saúde**, v. 5 n. 3, p. 521-536, nov.2007/fev.2008

KUENZER, A. Trabalho e Escola: A aprendizagem flexibilizada. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região**, v. 20, n. 2, p. 13-36, 20 mar. 2017.

MARINHO, Adriana Carneiro. Trabalho e convívio cotidiano: a representação da vivência do tempo pela sociedade capitalista no curta-metragem El Empleo. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, Brasil, v. 10, p. 12-25, 2021. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2021.159194. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/159194>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo, 2007. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. Supervisão editorial de Leandro Konder.

MOURA, D. H.. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul. 2013.

CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, J. A.; PASQUALLI, R. Inovações na sala de aula da educação profissional e tecnológica: revendo posições e tendências. In: SOUZA, F. C. S. Temas em educação profissional e tecnológica. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2019. p. 99-114

OLIVEIRA, Pablo Menezes. TÃO ANTIGA, TÃO NOVA: breves notas para uma história da Educação Profissional no Brasil. In: OLIVEIRA, Adilson R.; XAVIER, Gláucia C; SILVA, José F.; OLIVEIRA, Shirlene B. (Org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: da história à teoria, da teoria a práxis.** 1ed.Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 45-66.

QUINTÃO, Anelisa de Castro; OLIVEIRA, Ataulpa Luiz de. **Guia orientador: mundo do trabalho ou mercado de trabalho:** concepções para a construção de currículos na educação profissional. Rio Pomba-MG: 2020. Produto educacional vinculado à dissertação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.

SALA, Mauro. **Privatização, dualidade e inconsistência nas políticas para a educação profissional e superior nos governos Lula e Dilma:** as fragilidades do reformismo na educação / Mauro Sala.- Campinas, SP : [s.n.], 2020. Orientador: Evaldo Piolli. Tese (doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológico-históricos. Campinas: Autores Associados, 2007.

VERCELLI, L. de C. A. A pesquisa aplicada com intervenção em um programa de mestrado profissional em educação: implicações na profissionalidade docente (The research applied with intervention in a program of professional master in education: implications in teaching professionalism). **Crítica Educativa**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 232-244, 2019. DOI: 10.22476/revcted.v4i2.325. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/325>. Acesso em: 24 jan. 2025.

VIANNA, C.S.; PRATES, D. M. A.; **Narrativas fotoetnográficas e diversidade juvenil:** construindo itinerários de ensino. 2019. Produto educacional (Mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - Campus Charqueadas, 71 p.

VIDAL, D. G.. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul. 2013.

Júlio César de Paula

1. DE PAULA, Júlio César

<http://lattes.cnpq.br/3608243324275496>

Email: julio.cp@educacao.mg.gov.br

Graduado em História pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2006). cursou disciplina isolada de mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) intitulada: Brasil 1964-1988: Cultura, Mídia e Política. É professor e possui pós-graduação lato sensu em docência pelo IFMG.

Atualmente é mestrando pelo programa ProfEPT do IFMG e possui bolsa mestrado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Profissional e Tecnológica do IFMG (GEPET) e do projeto "Implementação do Novo Ensino Médio: análise do currículo em ação em escolas da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.





José Fernandes da Silva

2. SILVA, José Fernandes da

<http://lattes.cnpq.br/3777760667525907>

Email: jose.fernandes@ifmg.edu.br

Pós-Doutor em Educação Matemática pela PUC/SP com investigações voltadas à formação de professores. Doutor em Educação Matemática pela UNIAN/SP, na Linha de Pesquisa Formação de professores que ensinam Matemática - Realizou estágio doutoral na Facultad de Formación del Profesorado del Departamento de Didáctica de las Ciencias Experimentales y la Matemática da Universidad de

Barcelona - UB - Espanha (2014/2015) - sendo bolsista CAPES/PDSE.

Foi bolsista no Programa de Formação Doutoral Docente - Prodoutoral/ Capes. Possui graduação em Matemática pela - UNIMONTES (2002). Graduação em Pedagogia pela - UNICSUL (2017). Especialização em Ensino Superior pela - UCAM (2003).

Mestrado em Educação pela - UNINCOR, (2011). Atualmente é Professor efetivo no Instituto Federal de Minas Gerais - Campus São João Evangelista, onde coordenou o Curso de Licenciatura em Matemática de 2010 a 2014. Foi Coordenador Institucional do Programa Residência Pedagógica de 2018 a 2024.

Professor credenciado no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT/IFMG) e colaborador no Mestrado Acadêmico em Educação Matemática (UFOP). É membro da Sociedade Brasileira de Educação Matemática e do Comitê Latino Americano de Matemática Educativa - CLAME.

André Filippe Oliveira de Paula

DE PAULA, André F. Oliveira

<https://lattes.cnpq.br/0178347882709271>

<https://andrefilippeoliveira.com.br/>

Graduado em Produção Multimídia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Atuante também nas áreas de Design Gráfico e Produção Cultural desde 2016, realizou inúmeras formações complementares.

Em 2017, Como bolsista pesquisador do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, participou do projeto Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) da CAPES, compartilhando

conhecimento e auxiliando no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

Também atuou como aluno pesquisador de Iniciação Científica no projeto PIBICTI/IF Sudeste MG, com foco no tema "Saberes populares e hipermídia: a elaboração de um material didático para um ensino de química contextualizado". Essa experiência proporcionou um mergulho mais aprofundado no campo da multimídia, confeccionando materiais educativos interativos e envolventes através de tecnologias inovadoras.

Além do envolvimento em atividades acadêmicas e de pesquisa, teve a oportunidade de ser vice-presidente do Centro Acadêmico de Licenciatura em Química (C.A.L.Q.), sendo também um dos fundadores desse órgão.

Já como graduando em Tecnologia em Produção Multimídia na PUC Minas, buscou continuar o desenvolvimento profissional, explorando novas oportunidades e contribuindo de forma significativa para a área. Naquela ocasião, teve a oportunidade de participar do projeto PUCTec22, no qual teve um projeto de startup selecionado em três etapas e mentoreado por professores e especialistas, resultando na fundação de uma microempresa chamada "Intentum - Mídia Objetiva Ltda", à qual dedica a maior parte da atenção profissional até o momento.



BASES CONCEITUAIS PARA UM ENSINO MÉDIO NECESSÁRIO

 INSTITUTO FEDERAL
Minas Gerais
Campus Ouro Branco

 PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

 CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

 FAPEMIG